



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA
SCS - B Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 8º andar, CEP: 70308-200 – Brasília/DF.
(61) 2027-3344/3534 - conanda@sdh.gov.br

256ª Assembleia Ordinária do Conanda

Resumo Executivo

09 e 10 de novembro de 2016

Local: Sala Plenária – 10º Andar – SEDH

Conselheiros Titulares Presentes:

Governamentais

Celio Rene Trindade Vieira- Ministério do Esporte

Cláudia de Freitas Vidigal- Secretaria Especial de Direitos Humanos

Claudia da Costa Martinelli Wehbe- Ministério da Fazenda

Deuzinea Nogueira da Silva- Ministério do Trabalho e Emprego

Kalid Nogueira Choudhry- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Lucas Fonseca e Melo- Ministério da Justiça

Maria Clara das Graças Gontijo Guimarães Menna Barreto- Ministério da Educação

Pedro Marcos de Castro Saldanha- Ministério das Relações Exteriores

Sérgio Cruz - Casa Civil

Sociedade Civil:

Adriano de Britos – Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços – ACM

Edmundo Ribeiro Kroger - Centro de Educação e Cultura Popular

Fabio José Garcia Paes- Aldeias Infantis SOS Brasil

Francisco Rodrigues Correa - Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas

Jimena Djauara Nunes da Costa Grignani- Associação Brasileira de Educação e Cultura

Lucimara Cavalcante - Associação Internacional Maylê Sara Kalí

Marco Antônio da Silva Souza - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

Marco Antônio Soares- Central Única dos Trabalhadores- CUT

Miriam Maria José dos Santos - Inspetoria São João Bosco- Salesianos

Liorcino Mendes Pereira Filho – Movimento Nacional de Direitos Humanos –MNDH

Romero Jose da Silva- Associação nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente- ANCED

Vitor Cavalcante de Sousa Valerio- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil –CNBB

Conselheiros Suplentes Presentes:

Governamentais

Alberto Albino dos Santos- Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

Heloiza de Almeida Prado Botelho Egas - Secretaria Especial de Direitos Humanos

Luiz Claudio Barcelos - Ministério da Saúde

Maria Helena de Aguiar Notari- Ministério das Relações Exteriores

Magda Fernanda Medeiros Fernandes – Ministério da Justiça e Cidadania

Sociedade Civil

Antonio Lacerda Souto - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG

Anna Beatriz Langué Peranovich Leite - Federação Nacional das APAES-FENAPAES

Carolina Uehara – Fundação Fé e Alegria do Brasil

Maristela Cizeski - Pastoral da Criança

Thais Nascimento Dantas- Instituto Alana

DEMAIS PARTICIPANTES:

Rodman Silva- G38/PA

Carolina Diniz- G-38/MG

Silas Santos- G38/BA

Paula de Paulo – MEC

Lucimara Silva- FCNCT

Rosilene Silva- CONDECA/RO

Fabio Turilo- RAJ

Jhonatan Gomes- RAJ

Flávia Arino- RAJ

Antônia Santos- FCNCT/BA

Silvia Carla- CEDCA/AM

Tatiana Amendola- SEDS/SP

Vitor Benez- CONDECA/SP

Maria Gutenara Martins Araújo – Coordenadora-geral do Conanda/SEDH

André Lima – Conanda/SEDH

Karla Abreu – Conanda/SEDH

9 de novembro

Local: Sala Plenária – 10º Andar – SEDH

14h: Abertura da Assembleia, aprovação da pauta da 256ª Assembleia Ordinária do CONANDA e informes;

15h-16h30: Ocupações das Escolas por Estudantes;

16h30-18h: Comissão de Políticas Públicas – CPP;

18h: Encerramento do primeiro dia da 256ª Assembleia Ordinária do Conanda.

Item **1.** Abertura da Reunião e informes;

Principais pontos abordados: O presidente Fábio Paes iniciou a 256ª assembleia ordinária do CONANDA desejando boa tarde a todos e a todas e deu o informe em memória dos adolescentes de Moji das Cruzes e pediu atenção a situação do MST que está sofrendo intervenções e que compõem o conselho de forma significativa. Em

seguida o presidente fez a leitura e a aprovação da pauta. Foi aprovada a agenda do dia 9 e a pauta do dia 10 será aprovada no dia seguinte. Deu continuidade agradecendo a todos pelo apoio e justificou a ausência para o 2º dia da assembleia por motivo de saúde e as possíveis ausências nas próximas reuniões e assembleia.

Informes da Mesa Diretora: O presidente Fábio Paes informou que estiveram numa reunião institucional com a OAB no período da manhã e relatou que estão dispostos a articularem melhor suas ações com o CONANDA e com a SNPDCA. O presidente informou que a Comissão Nacional da Criança e do Adolescente da OAB terá uma presidência, vice-presidência e diretoria e comprometeram suas presenças nas assembleias do CONANDA. Em seguida, fez um informe sobre as ocupações ressaltando que neste período a secretaria executiva encaminhou um ofício para os estados, solicitando as medidas que os conselhos estaduais estão efetivando junto ao movimento das ocupações e informou também que não obtiveram retorno oficial dos estados e aguarda para as próximas assembleias o relato das ações dos estados sobre as ocupações. Deu o informe sobre o encaminhamento de convocar os conselhos estaduais para a última assembleia, apresentando a todos as resoluções que foram aprovadas e a importância da incidência dos estados e municípios. O segundo encaminhamento foi dos coordenadores das comissões do CONANDA produzirem um relatório dos últimos dois anos de gestão e informou que será aprovada na assembleia de dezembro. A conselheira Jimena Djauara solicitou incluir na pauta a presença dos adolescentes do Movimento ocupa o Paraná. Em seguida, o presidente do CONANDA fez a apresentação dos presentes.

Informes Gerais: A secretária Cláudia Vidigal informou sobre a questão da criança e do adolescente que entram no Brasil desacompanhados e relatou que existe um movimento, no qual foram convocados pela Secretaria Nacional de Justiça a participarem de um grupo de trabalho para discutirem estratégias de inclusão de crianças e adolescentes na temática. A secretária relatou que na reunião disseram que não seria um momento para avançar na política de atendimento à criança e ao adolescente desacompanhado, imigrantes e refugiados. Em seguida, ressaltou que este seria um tema para ser discutido no conselho e no momento validaram um processo que ocorreu no Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e no Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) e estão de acordo que toda a criança ao chegar no Brasil desacompanhada deve ter direito aos seus documentos, ser recebida e não encaminhada de volta, estabelecendo uma política. A secretária informou que estão validando com a Polícia Federal e como será feito e solicitou a plenária a aprofundar e analisar essa política. Informou também que estão atuando nessa política, a Defensoria pública, o Conselho Nacional de Justiça, a Polícia Federal, solicitaram também o envolvimento dos conselhos tutelares. A conselheira Maristela Cizeski parabenizou a secretária e ao Ministério da Justiça, em seguida relatou que as crianças e adolescentes que chegam acompanhados tem dificuldades ao ingressar nas escolas, em consequência da falta de proficiência linguística e do alto custo para contratar um profissional com tradução juramentada. A conselheira Lucimara Cavalcante solicitou à atenção ao Tratado de Haia e afirmou que as traduções não seriam mais obrigatórias

no país. A secretária Cláudia Vidigal informou que a comissão especial que vai tratar do projeto de lei do tempo de internação dos adolescentes em conflito com a lei está sendo estabelecida hoje e solicitou à atenção para acompanhar a pauta. Informou também, sobre a PL que tramita sobre a circulação da imagem de adolescentes acima 14 anos e cometedores de atos infracionais, com medidas de até 2 anos e que está sendo acompanhado por 3 comissões atuantes e solicitou mobilização da plenária. O presidente Fábio Paes sugeriu encaminhamento do tema para a CDHP. A secretária informou por último sobre o projeto de lei que altera o estatuto que tange a convivência familiar e comunitária está em consulta pública até o dia 4 de dezembro e solicitou aos conselheiros à divulgação e participação das mesas técnicas. O presidente Fábio Paes solicitou um ofício do CONANDA para os movimentos e redes sobre o prazo da consulta pública e formalizarem a suas contribuições. A conselheira Lucimara Cavalcante informou que no dia 24 de outubro a AMSK esteve representando o CONANDA na Primeira Semana do Bebê no Distrito Federal e que ocorreu também a inauguração do Centro de Atendimento Integrado de Crianças Vítimas de Violência Sexual. O conselheiro Romero José ressaltou sobre o sistema socioeducativo no estado de Pernambuco e informou a importância da pauta no Conanda e informou que entre os dias 25 e 31 de outubro aconteceram 2 rebeliões no estado e foram assassinados 11 adolescentes e em seguida compartilhou um texto de uma técnica do gabinete de assessoria jurídica das organizações populares do estado de Pernambuco. Após a leitura do documento, o conselheiro Romero José, solicitou protagonismo do CONANDA, acompanhamento do SINASE e uma ampla discussão e debate. A secretária Cláudia Vidigal fez o relato da tramitação da Portaria de Instituição da Comissão do SINASE e explicou que trata-se de uma Portaria Interministerial que envolve mais tempo para ser tramitada, informou que como SNPDCAs são os mais interessados para o processo de avaliação e que estão trabalhando para acelerar o processo. O presidente Fábio Paes informou sobre o convite que foi entregue pela conselheira Miriam Santos, de uma audiência pública da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos no dia 25 de novembro. Em seguida, o presidente indicou o conselheiro Romero José e Vitor Cavalcante. A secretária Cláudia Vidigal informou que a SNPDCAs estará presente. O conselheiro Edmundo Kroeger solicitou registro sobre a Revolta do Búzios, um movimento abolicionista e de independência que ocorreu na Cidade de Salvador, no qual iniciou na Bahia as comemorações do dia 20 de novembro.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Encaminhar ofício pelo Conanda à rede sobre a importância de formalizar contribuições à consulta pública sobre o PL;
- Consultar conselheiro Vitor sobre a possibilidade de participar da audiência pública na Assembleia Legislativa de Pernambuco;

Item 2. Ocupações das Escolas por Estudantes;

Principais pontos abordados: A conselheira Maria Clara (MEC) deu início ao relato desejando boa tarde a todos e a todas e em seguida abordou a questão da falta dos alunos, devido ao movimento de ocupação nas escolas. A conselheira apontou 271 mil alunos, sendo 2,5 % do valor total dos alunos inscritos no ENEM que foram prejudicados a não fazerem a prova e relatou que o Ministério da Educação realizou um mapeamento para identificar quais escolas estavam no período anterior ao ENEM, com o objetivo de traçar estratégia para atender os alunos que fariam prova nos locais ocupados. A conselheira informou que são 1200 escolas ocupadas e que as negociações para desocupação são feitas na esfera estadual e afirmou que hoje, a medida provisória não inibe o debate e está aberto e acontece hoje no Congresso Nacional. Informou também que está sendo ouvida na audiência pública a Carina Vitral, presidente da UNE e Camila Lanes, presidentes da UBES, secretários estaduais de educação, entidades e instituições especialistas em educação. A conselheira afirmou que todas as contribuições estão sendo consideradas para um texto final da medida provisória que contemplem todas as questões levantadas. A conselheira Lucimara Cavalcante fez o relato informando que a AMSK tem acompanhado o movimento de ocupação nas escolas no Distrito Federal, com visitas as escolas juntamente com os conselheiros tutelares do Distrito Federal e realizaram ações em cada região. A conselheira informou que estava presente na 912 sul e no Centro Educacional Gisno, na asa norte. Informou também que o maior complicador foi na 912, pois não havia diálogo entre a diretoria da escola e os alunos. Em seguida, informou que os estudantes não ficam ociosos na escola e que existem aulas e os alunos que não comparecem são devido ao receio dos pais ao movimento. Ressaltou que os alunos discutem sobre a PEC 241 e sobre Direitos Humanos e que o grande problema é o movimento de desocupação que abordavam os alunos durante à noite e que se tratavam de adultos, ex-alunos que são responsáveis pela degradação do ambiente. Informando também que existem várias ações erradas dos sistemas de garantia de direitos e que os conselheiros tutelares do Distrito Federal são requisitados para escolas e o que os policiais militares não permitiam entrada dos conselheiros para mediação do conflito. Em seguida, relatou que a secretária executiva do CONANDA, Maria Gutenara, esteve presente no Centro de Ensino Médio Ave Branca, localizado na região administrativa de Taguatinga e que os policiais militares não permitiram a entrada. O conselheiro Francisco Rodrigues fez o relato que acompanhou o movimento no Centro de Educação nº 1, localizado em São Sebastião e informou que as reivindicações são as mesmas e entrou também na pauta a questão do conteúdo do ENEM e levantaram que 50% dos temas não foram vistos em conteúdo na escola, sendo parte de um debate que estão realizando no dia de hoje e fizeram programações com temáticas voltadas para educação. O conselheiro questionou como trazer as demandas discutidas pelos estudantes, de forma que eles sintam escutados e representados e concluiu que precisam levar essa alternativa. O conselheiro Antônio Lacerda informou que o Fórum Nacional de Educação emitiu uma nota pública pela retirada da medida provisória e explicou que o Fórum quer debater como um projeto de lei e que o método da reforma do ensino médio está errado. O conselheiro sugeriu encaminhar uma carta para a comissão do Senado que analisa o projeto. O conselheiro Liorcino Mendes discordou da ação do MEC frente ao movimento de ocupação. A secretária Cláudia Vidigal solicitou ao conselho o

avanço da pauta de forma a dialogar, recordando a última assembleia do CONANDA, no qual não conseguiram emitir uma nota pública em defesa dos direitos da criança e adolescente frente a PEC 241, devido a intolerância e diferenças entre governo e sociedade civil e que não contribuem as crianças e adolescentes em seus direitos. Em seguida, a secretária propôs que o CONANDA aproveitasse o momento como oportunidade e que o momento é de encontrar caminhos para dar forma e importância ao movimento dos estudantes. A conselheira Miriam Santos ressaltou que não existem inocentes na política e em seguida, relatou uma solicitação da ex-presidente do CONANDA, Malu Moura, solicitando que o conselho reforce junto ao CNJ, o posicionamento do CONANDA em relação ao juiz Alex Costa de Oliveira que autorizou o uso da força para retirada dos estudantes nas escolas. Em seguida, a conselheira ressaltou que audiência pública não garante democracia, disse que o adolescente tem que ser ouvidos e não impor uma medida provisória. Citou também o envolvimento da família no cuidado dos filhos que estão dentro das escolas e sugeriu uma denúncia do Brasil na OEA, ONU e Comissão de Direitos Humanos no Tribunal de Haia pelo seu descumprimento em acordos internacionais que envolve os Direitos de Crianças e Adolescentes. Silas Santos (G8) relatou que fazer manifestações resolve mais do que audiências públicas pela liberdade de expressão e que precisam incidir em espaços que de fato interferem na execução do processo. Informou que os estudantes são contra a reforma do ensino médio, contra escola sem partido e contra a PEC 55. Silas Santos relatou que o movimento começou no estado do Paraná e que espalhou pelo país e cada vez mais tem notícias de escolas e universidades públicas sendo ocupadas. Ressaltou que o conselho precisa acatar as reivindicações feitas pelos estudantes adolescentes e entender que o menor adolescente está estudando e compreende a medida provisória, a PEC 55 e a escola sem partido. O conselheiro Manoel Torquato informou que está contemplado com a fala da conselheira Miriam Santos. O conselheiro Célio Rene informou que acredita que no conselho ninguém é contra a manifestação de direito e que o CONANDA deve estar atento a qualquer ato de repressão e violência à criança e ao adolescente. Em seguida, informou que é professor da Secretária de Educação há mais de 20 anos e que através da sua experiência fez uma reflexão do que o estudante deseja nas escolas e do que o ensino propõe. O conselheiro citou a situação do jovem da periferia que não terão acesso as universidades e que a condição é desigual. O conselheiro Marco Antônio Soares desejou boa tarde a todos e todas e informou que lamenta a fala da conselheira Maria Clara e em seguida sugeriu um encaminhamento de fazer uma resolução oficializando uma posição do CONANDA de providência para o CNJ e CNE contra o MBL, trazendo para o conselho representações da UNE e da UBES e do Fórum Nacional de Educação. O conselheiro Romero José solicitou encaminhamento que a mesa diretora do CONANDA garanta uma agenda com o ministro sobre a revogação da medida provisória. A conselheira Magda Fernanda ressaltou que observou dois caminhos tratados na plenária, o trato do mérito das ocupações e que devem pensar em alternativas com resultados e em relação as desocupações, em seguida solicitou reflexão para rever a configuração federativa para exigir um posicionamento do CONANDA.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Pedido de vistas pela SEDH com prazo de 10 dias para apresentação de parecer sobre a proposta de “posição do Conselho de pedido de revogação da MP 746/2016 da reforma do ensino médio”;
- Representação, via ofício, ao CNJ e CNMP de pedido de providências cabíveis e legais mediante a decisão do Juiz do DF e pedido de reintegração do Ministério Público do DF;
- Espaço formal mais amplo para a próxima Assembleia (ou extraordinária) (com a presença de atores UNE, UBES, CNE, UJS, KIZOMBA, FNE, Comissões câmara e senado de educação, pessoas que possam representar as ocupações (mapear atores e apresentar amanhã), ator de MG (ver boa prática) para que possam apresentar seus posicionamentos (atuação na proteção e garantir do direito de manifestação);
- Encaminhamento de ofício aos chefes responsáveis pelas instituições que estejam envolvidas em casos de violações de direitos humanos de crianças e adolescentes e dos respectivos conselhos estaduais e municipais. O ofício deve pedir informações e providências legais cabíveis sobre a denúncia, chamar a atenção para as responsabilidades, bem como solicitação de obediência ao ECA de proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Encaminhar junto ao ofício a nota de posicionamento do Conselho sobre as ocupações deliberada na 255ª Assembleia Ordinária do Conanda;
- Visita do Conanda a uma das ocupações de escolas no DF: Mesa Diretora verificará a viabilidade deste encaminhamento;
- Inclusão da discussão sobre o mérito da MP de reforma do ensino médio: encaminhamento da MP via e-mail a todos os conselheiros; mesa diretora dará encaminhamento a este ponto.

Item 3. Comissão de Políticas Públicas – CPP;

Principais pontos abordados: O conselheiro Luiz Barcelos relatou que foi constituído há mais de um ano, o GT Criança e Adolescente em Situação de Rua, no qual concentraram-se na elaboração das diretrizes para o centro de referência e orientação dos educadores sociais uma resolução conjunta com o CNAS, informando

também que haverá um seminário nos próximos dias realizado pelo MDS sobre a temática. Em seguida, o conselheiro Manoel Torquato fez a leitura da minuta de resolução conjunta Análise da proposta de resolução que modifica a resolução nº 01 CONANDA/CNAS que estabelece as orientações Técnica para os serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.

Deliberação/Encaminhamentos:

- A proposta de minuta de resolução foi apresentada ao Plenário do Conselho e aprovada com algumas modificações.

10 de novembro

Local: Sala Plenária – 10º Andar – SEDH

9h-9h30: Avaliação da X CNDCA: Aprovação do relatório de avaliação e dos

Anais da X CNDCA;

9h30-12h: Comissão de Orçamento e Finanças:

- **9h30-11h:** Apreciação das diretrizes de elaboração das propostas para o Edital do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente – FNCA;

11h-12h: Comissão de Políticas Públicas: Continuidade

12h: Intervalo para o almoço;

14h-15h: Relato da reunião conjunta e extraordinária entre CPP e CMF;

15h-16h30: Comissão de Mobilização de Formação;

16h30-18h: Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar;

18h: Encerramento da 256ª Assembleia Ordinária.

Item 1. Avaliação da X CNDCA: Aprovação do relatório de avaliação e dos

Anais da X CNDCA;

Principais pontos abordados: O conselheiro Vitor Cavalcante iniciou a plenária desejando bom dia a todos e a todas e em seguida justificou ausência do presidente Fábio Paes, por motivo de saúde e a ausência da secretária Cláudia Vidigal no período da manhã. O conselheiro Vitor Cavalcante convidou a conselheira Lucimara Cavalcante para iniciar a avaliação da 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. A conselheira Lucimara Cavalcante desejou bom dia a todos e informou que revisaram o relatório e foram acrescentando alguns pontos. O conselheiro Vitor Cavalcante elogiou o trabalho realizado e destacou a equipe responsável pela construção do relatório. A conselheira Lucimara Cavalcante fez a leitura dos itens de recomendações. O conselheiro Edmundo Kroeger solicitou acrescentar nos itens de recomendações a coibição do Hotel Bay Park em hospedagem. A conselheira Heloiza Egas informou que o processo de contratação da logística da conferência foi feita pela SEDH e que contrataram uma empresa de eventos responsável pela contratação dos hotéis, sugerindo ao CONANDA solicitar informações para SEDH sobre a contratação. O conselheiro Liorcino Mendes informou que não é possível realizarem conferências conjuntas devido à falta de estrutura para atender os participantes que estão em situações vulneráveis. A conselheira Anna Beatriz solicitou registro de uma máquina de cerveja no hotel disponível para crianças e adolescentes. A conselheira Jimena Djauara informou que foi a conferência menos eficaz entre as 10 já ocorridas e que a questão hotel Bay Park foram uma série de violações de direitos. O conselheiro Vitor Cavalcante solicitou a análise das Anais da X CNDCA, em seguida a conselheira Lucimara Cavalcante fez o relato e apresentação da avaliação.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Aprovado o relatório de avaliação e Anais da Conferência apresentados;
- Encaminhar solicitação de informações à SEDH sobre o processo de contratação do hotel Bay Park;

Item 2. Relato das Comissões:

Comissão de Orçamento e Finanças –COF

Principais pontos abordados: A conselheira Heloisa Egaz informou que estão realizando um processo de elaboração do edital para seleção das propostas apoiadas pelo conselho com os recursos do FNCA, em seguida ressaltou que o edital diferencia dos anteriores pelo marco legal, MROSC. Informou que na reunião continuaram a análise das diretrizes que serão fornecidas no âmbito edital para apresentação das propostas e que ficaram de trocar informações remotas encaminhariam para a próxima assembleia. Informou também que o edital passaria pela assessoria jurídica e depois para aprovação final. A conselheira informou também que será encaminhado até o final

de novembro para os conselheiros apropriarem do documento e depois apresentado na próxima assembleia com destaques do edital e validação final. O conselheiro Vitor Cavalcante fez uma consideração de aprovar a pauta em dezembro. Em seguida sugeriu a comissão que de um dia a mais de reunião para validar esse processo. O conselheiro Marco Antônio Soares solicitou ampliar para mais um dia de reunião da COF no mês de dezembro. A secretaria executiva Maria Gutenara sugeriu a reunião para o dia 12 de dezembro e explicou que no dia 13 de dezembro inicia-se a assembleia extraordinária. A conselheira Heloiza Egas relatou a pauta sobre o Plano de Aplicação do Fundo e em seguida informou que SNPDC está na corrida para efetivar as validações e pagamentos dos recursos disponibilizados no Fundo Nacional, de acordo com a lei orçamentária de 2016. A conselheira explicou que caso não consigam formalizar a totalidade dos recursos disponíveis, há necessidade de fazerem uma inversão da parcela do PRODOC que está destinada para 2017, antecipando a parcela do PRODOC das caravanas do plano de comunicação. O conselheiro Edmundo esclareceu que seria uma transferência de orçamento destinada de uma ação para outra ação. A secretária executiva do CONANDA, Maria Gutenara fez a chamada dos conselheiros para a votação nominal. Após a chamada para votação dos encaminhamentos acima alguns conselheiros pediram questão de ordem sobre a ausência de alguns conselheiros na Assembleia. Relataram que a ausência de alguns conselheiros tem prejudicado o quórum, a paridade e a convocação dos respectivos suplentes.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Reunião extraordinária da COF para dia 12/12, a tarde, para discussão do edital;
- Aprovada a proposta da Comissão de transferência de orçamento já autorizado/previsto de uma ação para outra ação;
- Solicitar justificativa dos conselheiros que não estão presentes hoje. Não havendo justificativa legal e cabível, a Mesa analisará possíveis restituições à União;
- Mesa Diretora apresentará parecer sobre a ausência do conselheiro Douglas Belchior, segundo o regimento interno do CONANDA.

Comissão de Políticas Públicas – CPP Continuidade

Principais pontos abordados: O conselheiro Luiz Barcelos deu continuidade do relato da comissão com a pauta da resolução que trata sobre os parâmetros para interpretação dos direitos e adequação dos serviços relacionados ao atendimento de crianças e Adolescentes pertencentes a Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil. Em seguida o conselheiro fez a leitura da resolução e com registros de novas contribuições da FUNAI, consideradas pela comissão aprofundamento de temas específicos que poderão ser discutidos em próximos passos de disseminação da

resolução e no debate de sua implementação nos estados e municípios. O conselheiro Vitor Cavalcante considerou aprovada a resolução. A conselheira Jimena Djauara solicitou que priorizem o seminário sobre a resolução do Conanda referente a povos e comunidades tradicionais para o ano de 2017.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Aprovada a resolução sobre crianças e pertencentes a povos e comunidades tradicionais

Relato da reunião conjunta e extraordinária entre CPP e CMF:

Principais pontos abordados: A secretária Cláudia Vidigal deu continuação a plenária com o relato da reunião conjunta e extraordinária entre CPP e CMF. O conselheiro Vitor Cavalcante informou que deliberaram na plenária passada uma reunião conjunta entre a Comissão de Políticas Públicas e Comissão de Mobilização e Formação com intuito de encaminharem alguns pontos do plano decenal e das propostas que saíram 10ª CNDCA, relatou que tiveram uma reunião na terça-feira à tarde e solicitou a apresentação das propostas que saíram da 10ª CNDCA, no qual a SNPDCa fez um levantamento e enquadraria dentro do plano decenal. Em seguida, explicou que fizeram uma análise de propostas para qual comissão seria encaminhada. O conselheiro informou que levantaram duas sugestões: Identificar quem será o responsável pelo monitoramento do Plano, a quem compete o acompanhamento de sua implementação e o levantamento da situação da elaboração dos Planos Decenais dos Estados.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Monitoramento do Plano Decenal: Criação de um GT menor composto por membros de todas as comissões e coordenado pela CPP. O GT será responsável por qualificar uma linha específica do edital do Fundo (coordenado pela CPP) para qualificar o edital para a construção de proposta de linha;
- Levantamento da situação da elaboração dos Planos Decenais dos Estados: oficial e solicitar o status da construção do plano decenal em cada estado.
- Respostas aos estados sobre os encaminhamentos das propostas da X CNDCA: a conselheira Jimena Djauara apresentará proposta de carta por e-mail para complemento dos demais conselheiros;

Comissão de Mobilização de Formação – CMF:

Principais pontos abordados: O conselheiro Vitor Cavalcante fez o informe que estão na construção da minuta de resolução de participação de crianças e adolescentes no CONANDA e o protocolo de proteção, explicando que seria a criação de um espaço permanente para que os adolescentes possam participar e o processo de escolha na base.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Prazos: 18/11 para finalização da construção do protocolo pela CMF e encaminhados aos demais conselheiros para contribuições até o dia 25/11;
- Após dia 25/11 encaminhamento para assessoria jurídica para posterior apreciação na Assembleia de dezembro;

Comissão de Políticas Públicas e Ação Parlamentar – CDHAP:

Principais pontos abordados: A conselheira Magda Fernanda iniciou o relato informando a dificuldade de se reunirem pela falta de comparecimento dos demais membros da comissão. Em seguida, fez o relato de um material que a conselheira Thais Nascimento fez uma resposta a uma ação civil pública direcionado a AGU enquanto CONANDA e ao Google Brasil. Em seguida, explicou que trata-se de uma ação civil de 14 de setembro de 2016, um desdobramento de inquérito feito desde fevereiro de 2016, que vem a apurar eventuais irregularidades abusivas e ilegais de publicação de vídeos e vinculados ao Youtube. Explicou também, que na ação fizeram questionamentos ao Google, no qual responderam que não respondem a questão e afirmaram que não tem legislação que proíbe a participação de criança. A conselheira informou que a referida Ação Civil Pública requer que o CONANDA altere sua Resolução nº 163, de 13 de março de 2014, para nela incluir sanções administrativas em caso de descumprimento dos seus dispositivos.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Aprovada a proposta de texto resposta sobre a Ação Civil Pública do MPF a respeito da Resolução 163 do CONANDA. A resolução será encaminhada à AGU quando for provocada oficialmente do processo;
- Encaminhar/conversar com a AGU da SEDH de que o CONANDA tomou conhecimento sobre a ACP referente a resolução 163;

18h00: Encerramento da 256ª Assembleia Ordinária do Conanda.

